

As transformações do conceito de Desenvolvimento Local Sustentável: novos riscos e possibilidades a partir de velhas práticas¹

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS²

Resumo:

Este artigo propõe uma reflexão sobre a construção histórica do conceito de desenvolvimento local sustentável e a tentativa de aplicabilidade, por agências de fomento econômico, em uma comunidade rural. O estudo analisa a experiência vivenciada pelos moradores do sítio Cuiuiú, localizado no município de Barra de Santa Rosa/PB, com a implementação do *Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) Para Confecção de Artesanato*, em 1999, que foi elaborado com bases em políticas públicas implementadas desde a década de 1950.

Palavra-chaves: artesanato, desenvolvimento, economia local.

Introdução

Nas duas últimas décadas, a sociedade brasileira está presenciando grandes modificações e redimensionamentos de elementos que constituem os processos culturais. O artesanato pode ser citado como exemplo nessa situação, enquanto uma construção cultural e multicondicionada de seus significados, e que é produzido a partir de duas referências: 1) a matéria prima utilizada; 2) e função destinada. A partir do momento de sua criação, ganha *status* de produto a ser consumido e que poderá ter sua função modificada quando chegar ao público usuário, já que esse mundo “globalizado” torna as escolhas mais livres, Essa é uma das características que fazem com que o artesanato seja uma atividade produtiva que pode ser utilizada com alternativa para obtenção de renda, em paralelo com outras atividades, ou mesmo, sendo a única.

É devido essas características que, desde a década de 1950, as agências que fomentam projetos vêm no artesanato uma forma de inserção dos grupos sociais no caso específico desse estudo, de grupos rurais, para a inserção em um novo e lucrativo

¹ Esse artigo é parte da dissertação intitulada “Reflexões acerca do desenvolvimento: as antigas e novas experiências com a cordoalha na comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa/PB”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande.

² Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Mestre em Ciências Sociais.

mercado de consumo. Conseguindo renda extra que passa a ser percebido como o principal fator para o desenvolvimento.

No município de Barra de Santa Rosa/Paraíba, a informação acima mencionada torna-se uma realidade concreta, a partir da experiência de criação do Centro Artesanal de Cuiuiú. No ano de em de 1999 foi elaborado o *Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa*, através da parceria entre o Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc PB; a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, o PEASA; o SEBRAE; o Governo do Estado da Paraíba; o CNPq; e a Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa, que implementaram junto aos moradores do sítio Cuiuiú um redimensionamento na produção da cordoalha³, dando um novo sentido para a atividade, que era realizada por todas as famílias do local, cuja forma de aprendizagem do saber-fazer era transmitida de forma geracional, mas que não se apresentava como uma atividade eficaz para o equilíbrio econômico-social.

O projeto foi escrito para ser direcionado para todas as famílias do sítio Cuiuiú, que totalizam, aproximadamente, 196 famílias, distribuídas em duas áreas, separadas pelo leito de um rio. No entanto, as 110 famílias que moram acima do leito do rio não produzem a cordoalha. Essa atividade é característica das 86 famílias que moram na Cuiuiú de baixo, por isso, na prática, a execução do projeto ficou reduzida a uma área menor do que havia sido especulada no documento original.

Tânia Bacelar (2000) chama a atenção para o fato de que “atualmente as dimensões para as tendências de estratégias de desenvolvimento tentam focar a valorização da esfera local”, enfatizados principalmente após a publicação do documento que sintetizava as ações para o “Farol do Desenvolvimento”, financiado pelo Banco do Nordeste, em que redimensionariam as ações do regional para o territorial,

³ Segundo Odilon Silva e Napoleão Beltrão, compreendem por cordoalha *toda a gama de produtos de sisal, incluindo fios, barbantes, cordéis para embalagens e todos os tipos de corda utilizados na agricultura, na pecuária, na indústria e no comércio*. Nesse trabalho, a referência que utilizaremos para o termo é a corda produzida de forma manualmente que tem seu diâmetro que varia de 5 mm a até 36 ou 40 mm. Esta espessura mais grossa tem pouca produtividade, pois é destinada a corda produzida para a festividade do Sírío de Nazaré, em Belém do Pará. A maior parte da produção e consumo é a corda de 5 mm. Com o projeto do Centro Artesanal de Cuiuiú, foi investido, pelo SEBRAE, a criação de uma tecnologia que pudesse viabilizar a feitura de uma corda com uma espessura bem mais fina, de no máximo 2 mm, que fosse flexível e, ao mesmo tempo, resistente. Só com a criação desta nova corda é que viabilizou a utilização da cordoalha para o artesanato, apresentando uma característica bem mais delicada ao produto final.

investindo em “eixos de desenvolvimentos” que valorizariam as iniciativas estaduais ou municipais que trariam dentro dos seus projetos, uma lógica competitiva, associada a estratégias empresariais para a inserção dos produtos em um novo modelo de mercado.

Contudo, um problema recorrente quando estamos falando da região Nordeste. Como o processo de desenvolvimento da região, que surge em meados de 1940 com o estudo do IBGE em que legitima a criação da região e que viam como tendência para desenvolver a região a priorização da propriedade de terra no latifúndio – referência que vem desde o período colonial – e a monocultura da cana-de-açúcar como sendo uma das poucas iniciativas para retirar a região do semi-árido que ficou marcada como sinônimo de seca, sem discutirem que essa característica era de parte área total do Nordeste, e não dele por completo. Este estudo do Instituto fortaleceu a idéia da região-problema e desenhou um quadro negativo que possibilitou a criação de instrumentos que fortalecessem um quadro de dependência de políticas públicas em relação ao centro político do Brasil, mantendo velhas práticas de controle político-econômico.

Este quadro que pensava o desenvolvimento regional foi sendo modificado a partir do início da década de 1970, quando as condições econômicas internacionais começaram a valorizavam o desenvolvimento a partir dos novos paradigmas em relação aos fatores econômicos que fortaleciam a lógica do território em detrimento ao da região. Tudo isto com base na competitividade, o que fez com que surgissem as políticas voltadas a diversificação das atividades, direcionadas a vocação dos lugares.

No caso de Cuiuiú, sua vocação era a atividade artesanal, tendo em vista a produção da cordoalha, feita a partir da matéria prima do sisal, mas, como esse mercado exige produtos cada vez mais competitivos e sofisticados, daí a necessidade de haver um projeto que melhor adequasse a tendência a sua vocação.

Esse mesmo mercado, dinamiza a vivência no mundo rural e influencia para que a agricultura esteja associada a outras atividades, valorizando o que compreende por pluriatividade. O artesanato seria um dos elementos que constituem a pluriatividade para algumas famílias de Cuiuiú, uma forma de transformar a estrutura da agricultura e do espaço rural brasileiro, em torno da unidade familiar, sendo um dos fortes elementos que alimentam os projetos de desenvolvimento sustentável implantados no país, desde a década de 1990.

Segundo Sérgio Schneider,

a pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2006).

Porém, o debate acerca da pluriatividade não é novo, remonta ao início do século XX com a discussão em torno da atividade agrícola exercida em tempo parcial, das atividades não-agrícolas no meio rural, dos empregos múltiplos por parte dos agricultores e dos membros de sua família, da diversificação das atividades para obtenção de renda, e da *pluriactivity*.

Na década de 1990 os pesquisadores brasileiros investiram na pesquisa sobre o tema por perceberem que esta era uma estratégia de sobrevivência da família camponesa decorrente das mudanças econômicas e sociais que estavam sofrendo, em dois aspectos: 1) o meio rural brasileiro estar ganhando novas dinâmicas em decorrência da queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários produzidos pelos camponeses e do aumento na produtividade de uma pequena parcela de agricultores que conseguiu investir em novas tecnologias o que acarretou a queda na oferta de empregos; 2) e, como houve a emergência de novas atividades em decorrência da modernização tecnológica na produção, muitos camponeses não tiveram condições de investirem nessa nova lógica de produção, por isso, se viram coagidos a criarem novas estratégias para a permanência do campo, e a dedicação em outras atividades foi uma solução encontrada (WANDERLEY, 2006).

Sobre influência dessa discussão, uma das preocupações que surgem é de tentar perceber se há êxito das ações propostas pelos agentes fomentadores em relação à comunidade, principalmente, pelo fato de que, assiste-se no Brasil, uma crise dos projetos que tem como prerrogativa de existência a busca pelo desenvolvimento de um determinado local, pois, estes surgem de iniciativas de terceiros, que não conhecem as necessidades dos atores que serão beneficiados, fazendo com que estes não se identifiquem com os projetos e que haja evasão e desmobilização em pouco tempo. Outro ponto, em relação a esses projetos, é que, como em sua elaboração não consta a participação da comunidade, os interesses locais, valores e potencialidades, são ignorados, por isto, mesmo no início, os projetos já se apresentam ineficientes e seus

recursos acabam por ser exclusivamente assistencialistas, não trazendo os benefícios que assegurassem bases para o desenvolvimento.

Nos últimos anos, a eficácia da implementação desses projetos são questionadas quando constatados o não uso de uma metodologia adequada desde a construção desse projeto e sua implantação até a criação das políticas públicas. Como elas se resumem a criação de estruturas físicas e aumento de renda, em sua maioria influenciadas por uma lógica urbana, os aspectos subjetivos não são contemplados, desde a preocupação na manutenção da unidade familiar, a identificação da atividade profissional, o acesso a saúde e educação e os laços de pertencimento local, por isso, ficam mais fácil a pouca participação e o abandono dos atores aos projetos.

Esta evasão pode ser uma forma de haver a preservação do patrimônio imaterial dos atores, que está ligada a sua identidade cultural e as suas tradições. As ações governamentais e políticas públicas implementadas em uma determinada localidade, com o objetivo de aumentar a renda da população e reverter um quadro de déficit na qualidade de vida, com base em índices criados como instrumentos de análise do quadro sócio-econômico das localidades, e que passaram a serem representadas com base em estudos e perfis para cada região do País. No entanto, percebemos que esses índices quase sempre não abordam aspectos importantes da cultura local, do espaço que parte o estudo, e que interferem nessa noção de qualidade de vida para os moradores.

Esta discussão tem como ponto de partida para o seu debate a forma como a própria região e as necessidades de sua população são vistos pelas instituições e, até mesmo, a forma como os seus discursos são materializados. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr:

(...) a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é construída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. O que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele (ALBUQUERQUE JR., 2001: 46).

Seguindo essa lógica, concluímos que aquilo que o poder institucional entende como prioridade para a qualidade de vida, nem sempre é o que almejam os moradores dos territórios onde são implantados os projetos.

Mesmo demonstrando a diversidade de interesses, os artesãos rurais de Cuiuiú apresentam a necessidade de resistir ao que é imposto, criando táticas para

manter suas tradições, mas, sabendo, como nos alerta Nazareth Wanderley (2006), que “os que ‘passam’ pelo meio rural deixam suas marcas, especialmente, (...) outros agentes que, mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que têm como lócus o meio rural”, no caso deste estudo, as promotoras do projeto.

O cultivo do sisal e a apropriação da atividade artesanal

O sisal, *Agave sisalana*, é um vegetal, com características de regiões tropicais, e pode atingir mais de doze metros de altura, dependendo das condições de cultivo. É originária da região que compreende pelo sudoeste dos Estados Unidos, o México, a América Central e as Antilhas, podendo ser encontrada, até mesmo, em parte da América do Sul.

As primeiras mudas do sisal tem como registro de chegada ao Brasil em 1903, na Bahia, vindos da região que compreende o México e a Península de Yucatan e EUA, trazidas pelo agrônomo Horáceo Urpia Junior, com o intuito de trazer novas alternativas, produtos agrícolas e tecnologia para serem explorados na região que compreende o semi-árido brasileiro.

Em 1911 são enviadas da Bahia à Paraíba, pelo agrônomo J. Viana Júnior, algumas mudas que tiveram o seu cultivo expandido em decorrência da procura da fibra durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, nas décadas de 40 e 50, existiu um aumento na procura da fibra e seus produtos no mercado interno e isto fez com que o Estado se tornasse o maior produtor da fibra. A partir da década de 60, a Paraíba perde a hegemonia na produção do sisal, passando a ser o segundo maior produtor (BARROS; CARVALHO; SILVA IN: SILVA; BELTRÃO, 1999).

Nos relatos de moradores⁴, as primeiras mudas de sisal, plantadas em Barra de Santa Rosa, foram trazidas pelo padre Luis Santiago para sua propriedade:

O sisal chega em 1948, trazido pelo padre Luis Santiago. Ele andava muito. Eu acho que surgiu essa pranta talvez lá pela Bahia. Eu não sei. Não sei se veio de lá. Mas, sei que foi ele que trouxe o primeiro sisal aqui pro nosso Curimataú. Pra fazenda dele aqui, na Umbáia, por nome de Fazenda Umbáia. Aí foi, né?! É uma pranta que, digamos assim, ele prantou duas ou três hectares, e de 1948 pra cá faz uns cinqüenta e tantos anos, né?! Aí foi o tempo que os outros fazendeiros foram reconhecendo a pranta e foram

⁴ O nome dos entrevistados foi omitido para preservar a identidade deles, já que foi feito um acordo entre eu, enquanto pesquisadora, e eles, entrevistados, de não serem identificados.

andando e aí, você já sabe, quando há uma notícia assim, estabelece, né?! É igualmente a pranta do sisal. Ele começou e os outros, todo mundo foi adquirindo e foi dando uma produção boa, né?!⁵

Devido às condições edafoclimáticas favoráveis do estado, aliadas a uma demanda existente por parte do mercado interno e externo, logo, o cultivo do sisal tornou-se um atrativo para a região, tendo a área de cultivo ampliada a partir dos dois hectares da Fazenda Umbaiá, de Pe. Luis Santiago. Este foi o ponto de partida para a expansão das áreas cultivadas por todo o estado e Rio Grande do Norte.

Essa expansão também foi favorecida pela pouca necessidade de modernização para o plantio, o que favorecia, principalmente, ao pequeno produtor. Mas isso não quer dizer que, já em relação ao beneficiamento da fibra, essa situação vá ser favorável para esses atores.

Para o beneficiamento é necessário ter um motor, conhecido como motor de agave, ou, máquina paraibana, que precisa de um investimento maior para sua aquisição, e que veio substituir os antigos instrumentos, chamados de farracho ou alicate.

A propriedade desse motor é um dos grandes responsáveis pelo processo de diferenciação social entre as pessoas que vivem do cultivo do sisal. Quem tem sua posse, é responsável pelo controle e beneficiamento de uma maior produção da fibra do sisal, produto mais rentável a ser vendido, adquirindo parte da produção de outros agricultores, ou mesmo, negociando em regime de porcentagem da produção para a autorização do uso do motor.

Outro fator é que, tendo a posse de um motor, o proprietário tem uma outra possibilidade de explorá-lo como uma outra alternativa de renda, alugando o equipamento para outros produtores desfibrarem o sisal produzido.

Contudo, além de fonte de renda, os motores são responsáveis pela grande porcentagem de mutilados na cultura do sisal, os *mutilados do sisal*. Isso ocorre pela falta de segurança e excesso de trabalho na operação. Na maioria das propriedades, os turnos de trabalho na operação do motor, tem em torno de 10 h/dia por grupo.

Essa máquina, pela sua rusticidade, exige grande esforço dos operadores (puxadores), que trabalham em perfeita sintonia, da seguinte maneira: o primeiro operador segura a folha pela parte apical e introduz a outra extremidade, aproximadamente 60% do seu comprimento, na boca de

⁵ Extraído de entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2006 com um dos moradores de Cuiuiú.

alimentação da máquina; em seguida, auxiliado pelo segundo operador, inverte a posição da folha e introduz a parte ainda não-desfibrada para completar a operação. Os puxadores utilizam luvas rudimentares feitas de borracha de câmara de ar pneumática para proteger as mãos dos efeitos corrosivos do suco da folha (...).

A fadiga, aliada à falta de segurança da máquina, expõe os operadores a constantes riscos de acidente, o que constitui um dos principais problemas da máquina e da operação propriamente dita [GRIFO MEU] (SILVA; CARVALHO; RAMOS, IN: SILVA; BELTRÃO, 1999: 76).

Esse também é um dos motivos que têm afastado os trabalhadores do sisal, a falta de segurança no manuseio do motor. Os pequenos proprietários alegam que já existem máquinas mais seguras, no entanto, não são de fácil aquisição, ou porque o seu custo é elevado para um grupo de pequenos proprietários, que não têm capital para investir em sua produção, ou porque essas máquinas ainda não conseguiram alcançar a mesma produtividade do motor de agave tradicional.

Este fato reflete um dos elementos que contribuem para uma crise no cultivo e beneficiamento do sisal: a fuga de mão-de-obra da lavoura para outras possibilidades de atividade dentro da cadeia produtiva. O artesanato, mais especificamente, a produção de corda, cordoalha, mostrou-se uma alternativa de manutenção do vínculo com a cultura, sem precisar ir para o trabalho árduo no campo. Além do mais, um outro ponto importante, é que a venda da corda, aos atravessadores, é algo ainda certo, mesmo que a um valor bastante defasado, enquanto que, a venda da fibra do sisal, muitas vezes, ainda é incerto.

Apesar das primeiras mudas de sisal ter chegado ao estado em 1911, só em 1937 houve a expansão do cultivo do sisal na Paraíba. Já na Bahia, essa expansão aconteceu a partir de 1930. Ambos os estados tiveram apoio para estimularem a cultura por causa da procura internacional pela fibra de sisal durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a outras demandas do mercado nacional e internacional, em produtos que iam desde a: produção da cordoalha; passando pela construção civil⁶; a produção de papel; tapetes; sacarias e o artesanato.

Neste período, o Estado da Paraíba era o maior produtor de sisal do país e o maior exportador do mundo. Contudo, perdeu o posto, para o estado da Bahia, em virtude da primeira grande crise que a cultura enfrentou, decorrente dos baixos preços e da queda nas áreas produtivas, na década de 60.

⁶ A fibra de sisal é utilizada como isolante térmico em países frios.

Como existiam poucos estudos para o melhoramento da produção, começaram a aparecer no mercado, sucedâneos sintéticos, cuja matéria-prima é o petróleo e outros elementos, que garantiam uma maior durabilidade e elasticidade das fibras. Com isso, o estado da Bahia que conseguiu encontrar, primeiramente, o equilíbrio entre a oferta e a procura do produto, investiu em estudos nas áreas de plantio do sisal, conseguindo fôlego para manter a concorrência com os novos produtos que surgiram. Isto não quer dizer que não houve declínio na produtividade. Pelo contrário, o que aconteceu foi que, politicamente, o estado assegurou um maior poder de venda para os seus produtos, diferente da Paraíba, mais especificamente, a região do curimataú, que era o maior produtor dentro do estado, desmotivando a manutenção das lavouras.

Em decorrência dessa crise, parte dos campos, onde eram cultivados o sisal, foram abandonados, vendidos ou distribuídos em pequenas porções de terras entre os membros das famílias do lugar. Estes novos pequenos produtores substituíram as áreas, que antes eram destinadas ao sisal, por outras atividades que pudessem ser associadas com novas culturas e outras atividades, potencializando a pluriatividade das famílias do curimataú ocidental.

Ainda em decorrência do declínio da cultura do sisal na região, parte das famílias de Cuiuiú, principalmente, as que estão estabelecidas na parte de cima do leito do rio, totalizando 86 famílias, encontrou no artesanato, principalmente na produção da cordoalha, subsídios para uma renda de subsistência, que seria complementada pela produção agrícola, porém, estas de baixo retorno e que, segundo o PEASA, não garantia uma renda mínima capaz de assegurar à população que era dependente dela, uma renda capaz de atender às necessidades materiais do grupo, tampouco, assegurar a qualidade de vida.

As demais 110 famílias, que residem na parcela da comunidade que esta localizada abaixo do leito do rio, não apresentaram interesse em fazer a cordoalha. Em praticamente todas as famílias “desta” Cuiuiú percebe-se a migração de membros das famílias pra o sudeste, em busca de atividades que possam garantir uma renda de sobrevivência nos lugares que estejam morando e que, também, possibilite o envio de uma parte do que recebem, como ajuda de custo para os membros que permaneceram.

Como lembrança do tempo áureo da cultura do sisal, moradores que concentram a maioria das terras da localidade, revelam um olhar nostálgico em relação

a produção da fibra, justificando que ainda há a possibilidade de se trabalhar com a fibra, desde que tenha investimento para manter as áreas plantadas

***Emmanuela Lins:** Quando o cultivo do sisal foi diminuindo no curimataú?
Morador 1: Desde 1965, mais ou menos, pra cá, né?! Foi afracando. De 1965 pra lá não, aqui era muito bom. Logo aquelas época de 1960 choveu bastante aqui. A senhora sabe, quando há um bom inverno aqui no Curimataú aí dá tudo. De 1960 pra cá, faz o que? Quarenta e poucos anos, e vem seca. As seca foram castigando, aí os proprietários foram se esquecendo da produção. Por que se a gente quando morre um pé for plantando um, dois, três, aquilo nunca se acaba, né?! Mas aí, esqueceu, esqueceu, aí vai se acabando. A gente tem uma pranta, se agente zelar, ela vai a cima, um pé de pranta desse aí. Se eu não aguar na época da seca, ele vai o que? Ele vai morrer! Inclusive o sisal. O sisal ficou pra lá esquecido. A gente proprietário, posso dizer, porque moro no que é meu, então sou proprietário, a gente fomos se esquecendo, as condições foram diminuindo, diminuindo, até que acabou. Uma pranta de grande serventia pro nosso Curimataú e porque não dizer, no nosso nordeste todo, né?! A senhora sabe que na Bahia é nordeste, né?! Era, não sei, mas era o lugar do sisal também, porque eles tiveram políticos e a gente, não. Hoje o Rio Grande (do Norte) também tem muito sisal. Tinha. Não sei agora porque nunca mais andei pro Rio Grande (do Norte). Mas hoje aqui na região da gente, o produtor de sisal que a gente conhece é Lavrigino (José Virgílio), aqui na Empuêra. Somente, outro não. Ele é rico, tem condições de manter, aí o sisal dele é pra frente.
Morador 2: Lá em Zé Virgínio no mínimo por semana é de 15 mil quilos de agave seco. Ele tira uma média de 30 mil quilos verde por semana, com 15 motor. E tira 16, 17 mil quilos seco, aí um desse, mesmo ele vendendo a R\$ 1,00, mesmo, é 17 mil reais por semana. Ai dá.⁷*

Alguns produtores conseguem superar a crise porque encontraram apoio junto a instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que tem avançado nos estudos com agaves híbridas, e que desenvolvem estudos com agricultores experimentadores, tanto no Curimataú, como no Cariri, do Estado. Esse tipo de incentivo a cultura, ajuda principalmente pelo acompanhamento técnico que os produtores têm, contribuindo para a potencialização da produção e consociamento com outras culturas.

Como alternativa de sobrevivência econômica dos produtores, ganha força na renda das famílias os membros que são aposentados, ou mesmo, os que foram para outras regiões, em busca de trabalho, e enviam, mensalmente, uma quantia em dinheiro que serve para ajudar nos custos com alimentação e, principalmente, no investimento, de outras alternativas de cultivo, como é o caso do milho e do feijão, quando há períodos de chuva.

⁷ Extraído de entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2006 com moradores de Cuiuiú.

Outra alternativa, como já citada, é a produção da corda, mas essa atividade é feita, em sua maioria, por mulheres. Já os homens que permaneceram na região, quando não estão na lavoura, tentam conseguir trabalhos como diaristas nas olarias e carvoarias da região, ou em outros trabalhos esporádicos da construção civil, na cidade. Na falta deles, participam, junto com as mulheres na atividade de feitura da cordoalha. Mesmo assim, até o preço da corda teve declínio.

A situação do artesanato na Paraíba e, posteriormente, em Cuiuiú, passou a ter visibilidade com o Projeto Cooperar, criado em 1997 e financiado pelo Governo do Estado da Paraíba e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Uma das ações a serem desenvolvidas era a valorização do artesanato local, como fonte de renda e consolidação de uma identidade local. Esse movimento era influência de ações desenvolvidas em outros países que resignificaram o artesanato para consolidá-lo como alternativa de renda para minorias sociais e comunidades carentes.

A produção artesanal em Cuiuiú: novos projetos e antigas práticas

Nestor Garcia Canclini ajuda a compreender como essa atividade esta sendo fortalecida nos espaços da América Latina, que tem com base econômica a agricultura familiar, e que estão entre o ser moderno e a o de um ser que vivencia uma modernidade tardia, expressada necessidades que foram construídas por políticas de reestruturação econômicas, direcionadas ao mundo rural, em consolidar um caminho para a esfera do progresso, com noções desenvolvimentistas.

Nunca houve tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos s signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem (CANCLINI, 2006: 22).

Conclui-se que a revalorização no consumo do artesanato tem despertado o interesse das instituições que elaboram projetos para comunidades por projetos cujo foco é o artesanato, como carro-chefe para promover o desenvolvimento na sociedade, em particular na Paraíba. Estratégias desenvolvimentistas não são recentes na história do Brasil.

Na parcela de cima de Cuiuiú, os moradores indicam que não há tanta migração para os grandes centros como na parcela de baixo, pois eles preferem assegurar uma renda mínima com o fazer da cordoalha, ou, mesmo, utilizando outros meios, como a participação no Centro Artesanal e o trabalho no novo artesanato para conseguirem sobreviver no local.

Segundo eles, há menos riscos do que “tentar a vida em outro lugar”.

Essa escolha de permanecer no lugar e aceitar as novas formas de trabalho não devem ser resumidos simplesmente a uma “escolha racional”. A escolha que está sendo feita por essa parcela da comunidade, a de permanece no lugar, fazendo a cordoalha e investido na atividade do Centro Artesanal, é bem mais complexa, pois essa escolha é guiada pelo resultado da ação que se pretende alcançar (ELSTER, 1994). Para isto, é levada em conta, pelas famílias de Cuiuiú, a experiência vivida até então, referencializando-os nas decisões a serem tomadas e que tenham a maior probabilidade de darem certo. Por isso, nesse estudo, uma das preocupações que deve ser focalizada é a em relação ao aporte teórico, que precisa abranger essas particularidades do lugar, em que múltiplas experiências são vivenciadas pelas famílias da comunidade e que revelam esses interesses e escolhas.

Quando os moradores de Cuiuiú, que tomaram conhecimento do projeto, aceitaram a instalação do Centro e a participação das famílias da comunidade, eles estavam ponderando acerca da segurança em que esta experiência poderia ter em relação dos riscos em sair para um lugar desconhecido e que, em muitas vezes, precisam voltar porque não conseguiram o que almejavam.

Mesmo que a experiência desse errado, mas eles estariam em um lugar conhecido e que possibilita a participação das famílias da comunidade em uma atividade que asseguraria algum tipo de renda. Seguindo esse raciocínio, podemos compreender a fala de Jon Elster, em que diz que

a teoria da tomada de decisões sob risco aconselha as pessoas a maximizarem a utilidade esperada. (...) Nesse caso o tomador de decisão é solicitado a apoiar-se em suas probabilidades subjetivas ou, em linguagem menos solene, em seus palpites informados (ELSTER, 1994, p. 44).

Esta escolha, por parte da comunidade, também foi assegurada porque havia o interesse de alguns dos membros da “grade família”⁸ de Cuiuiú, que se tornaram

⁸ Essa parcela da comunidade se caracteriza e diferencia da outra, a Cuiuiú de baixo, pelo fato de existir

líderes dentro do projeto, e que encontraram nessa aproximação com instituições a possibilidade de obtenção de alguns benefícios que estavam interessados, desde acesso a comunicação e eletrificação a recursos destinados a construção de cisternas. Isso estimulou a este grupo de investirem seus esforços no projeto, de cunho empreendedorístico, disseminando aos que se enquadravam em seus interesses, estimulando a mudança e inovação do fazer corda na comunidade.

José Eli da Veiga (2005) chama a atenção para o papel que esses líderes exercem, chamando a atenção que

são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potências oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica.

Isto não significa que houve a aceitação de todos da comunidade pelo projeto. Pelo contrário, há aqueles que vêm risco no novo empreendimento, por esse poder ser uma reprodução de experiências que não deram certo, como o caso do artesanato com o macramé, e alegam que da mesma forma que o primeiro teve seu momento de venda e depois de declínio, o novo artesanato também corre o risco de ter a mesma trajetória. Por isso, se é para agregar valor a um produto, poderia ser pensado de encontrar outras formas de valorização para a produção da cordoalha, tendo em vista que, de todos os produtos feitos a partir do sisal, este foi um dos que manteve a venda certa ao longo do tempo e, agora, com o interesse de países em consumirem produtos ecologicamente corretos, e a cordoalha não agredir ao meio ambiente, este fator poderia ser um diferencial na valorização e comercialização da corda. Contudo, não há o interesse das agências, SEBRAE/PB, PEASA e Governo do Estado, em investirem nesse aspecto e tentarem revitalizar o comércio da cordoalha em escala de importação.

É com esta atividade, que a *comunidade* tem a principal fonte de renda, como também algumas possibilidades de sociabilização entre os moradores, que são em sua maioria integrantes de um mesmo núcleo familiar, do tipo parentela, como também com os que vêm de fora, como o atravessador que faz a venda da corda, ou mesmo, com o dono do motor, responsável para assegurar a matéria prima da cordoalha. Já o atravessador, muitas vezes, ganha a confiança dos moradores por ser o personagem que,

uma única família original, a partir da qual as demais famílias se ramificam.

mesmo que questionado, garantem determinados benefícios que o poder público não assegura. Em um lugar onde existem tantos *mutilados do sisal* – os trabalhadores que perderam alguns dos membros nos motores enquanto desfibravam as folhas – quem presta socorro a eles acaba por ganhar confiança e prestígio na localidade. Este é um diferencial que as agências que fomentam o projeto do Centro Artesanal não conseguem compreender, nem mesmo percebem a importância em uma comunidade tão carente.

É com base no que foi visto nas visitas a Cuiuiú e descrito, mesmo não sendo possível reproduzir a riqueza dos fatos e singularidades do cotidiano dessas pessoas, percebo alguns aspectos contraditórios em como as agências de fomento de criação do Centro Artesanal de Cuiuiú concebem o desenvolvimento da localidade, ou, mesmo como elas estendem esse desenvolvimento.

Além de uma interferência nas formas de sociabilidade que existiam entre os membros da comunidade, houve uma transformação na forma como eles vêm a ajuda da ação de grupos externos na comunidade. Percebemos que um grupo consegue maiores benefícios em relação aos demais, graças a uma maior aproximação, que foi construída com base na troca de favorecimentos, com os mediadores das agências.

Outro motivo que causa o distanciamento da grande maioria das famílias da comunidade no quadro de associados, é o fato do não investimento das ações das agências na tentativa de também agregar valor a cordoalha, pois, na lógica de alguns, essa atividade trás menos riscos do que o novo artesanato, financiado pela parceria PEASA-SEBRAE/PB-Governo do Estado.

Considerações Finais

O ganho econômico com o artesanato mais antigo, a produção da corda vendida aos atravessadores, apesar de ser inferior aos produtos feitos no Centro Artesanal, tem uma regularidade que o segundo os moradores que priorizam à produção da corda que torna sua comercialização viável. Na lógica dessas pessoas a viabilidade econômica do projeto do Centro não é consolidada, pois, esse novo artesanato que tem o *designer* como o instrumento diferencial, é destinado a um mercado que é caracterizado pela transitoriedade dos produtos. Se ela está em “moda”, ela é bem vendida. A partir do momento em que outros produtos substituírem o gosto e prioridade do comprador, as peças produzidas em Cuiuiú serão esquecidas na prateleira.

A cordoalha, devido a influência do mercado europeu que vem se preocupando em consumir produtos naturais e que sejam produzindo seguindo uma lógica de preocupação com o meio ambiente, está enquadrada no mercado que se abre, mas as agências de fomento dos projetos ainda não perceberam essa possibilidade e não estão abertas para dialogarem com todas as famílias da comunidade.

Para aqueles que vivenciaram alguns dos ciclos econômicos do sisal, essa seria uma saída para valorizar não só a corda, mas também como do próprio sisal e os demais produtos produzidos a partir da fibra.

Referencias Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

BACELAR, Tânia. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARROS, Maria A. L.; CARVALHO, Orozimbo S.; SILVA, Odilon R. R. F. Importância econômica e situação da cultura do sisal. In SILVA, Odilon R. R. F.; Beltrão, Napoleão E. de M. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: Embrapa, 1999.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PARAÍBA. Decreto nº 19.328 de 26 de novembro de 1997. Aprova o Regimento Interno de Projeto COOPERAR do Estado da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba, Poder Executivo, João Pessoa, 26 nov. 1997, n. 10.740.

PROJETO DE FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO: Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa. Campina Grande: Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido – PEASA/UFPB, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In Anais do XLIV Congresso da SOBER: *Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife: SUDENE, 1978.

VEIGA, José Eli da. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. In Unimontes Científica, 7 (2), 2005, p. 14-45, (Disponível em www.fea.usp.br/professores/zeelli/).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In RAÍZES: *Revista de ciências sociais e econômicas* – Vol. 23, nºs 01 e 02. (jan.-dez. 2004). Campina Grande: UFCG/PPGS, 2006.